

BIETTI SESTIERI, A.M. *Protostoria. Teoria e pratica*. 1. Introduzione. Roma: La Nuova Italia Scientifica (Studi Superiori NIS/301; Archeologia), 1996: 3-8.

1 Introdução

*Is Ascanius [...] novam ipse aliam (urbem)
sub Albano monte condidit; quae [...] Longa
Alba appellata [...]. Silvius deinde regnat,
Ascanii filius [...]*
(Este Ascanio [...] fundou, ele mesmo,
uma nova (cidade) sob o monte
Albano [...] que se chamou Alba Longa
[...]. Sucessivamente foi rei Silvío,
filho de Ascanio [...])
Lívio, I, 3

Esta breve notícia, relatada por um historiador que viveu na época de Augusto a propósito de acontecimentos por volta de um milênio mais antigos, é um bom exemplo do tipo de informação literária de que dispomos a propósito do período que hoje na Itália é indicado como proto-história: a Idade do Bronze e a Primeira Idade do Ferro.

Tentemos analisar brevemente os elementos principais que constituem a notícia de Lívio:

a) o tempo. Ascanio é filho de Eneias, que chegou à Itália depois da queda de Troia. Nos termos do sistema cronológico global do mundo antigo (que, como veremos, atualmente é objeto de discussões e revisões), o período indicado por Lívio é relativamente bem definido, e pode ser circunscrito entre dois acontecimentos específicos: a guerra de Troia (séculos XIII ou XII a.C.) e a fundação de Roma (século VIII a.C., segundo a opinião que prevalece). Para a cronologia arqueológica tradicional, estamos na Idade do Bronze Tardia, mais ou menos entre os séculos XII e XI a.C.;

b) o lugar. Alba Longa é hoje identificada com Tuscolo por muitos arqueólogos (cf. Colonna, 1988); ainda que se aceite ou não esta identificação, no texto é indicado claramente que se trata de uma localidade dos Montes Albanos, considerados, tanto pelos autores antigos quanto pelos arqueólogos e historiadores modernos, um dos centros originários do *ethnos* latino;

c) o protagonista. Ascanio, filho de Eneias e fundador da *gens* Iulia, é um personagem lendário; a dinastia albana à qual dá origem é unanimemente considerada um expediente para cobrir o período de tempo que separa a chegada de Eneias no Lácio da fundação de Roma. Esta circunstância particular, porém, não implica necessariamente que qualquer dos personagens que aparecem nos relatos relativos à proto-história tenha efetivamente vivido (e tenha realizado algumas das empresas que lhe são atribuídas): nas tradições orais, a conservação dos nomes próprios dos protagonistas (e da memória de ações fora do comum) não é excepcional;

d) os acontecimentos. Ascanio *funda* uma cidade na qual *reina* (assumindo o papel de rei) antes de seu filho Silvío.

O termo “fundar”, referido a um só personagem, implica evidentemente uma ação definida no tempo (um evento), diferente de um processo de média ou longa duração.

Poder-se-ia discutir se, nas convenções adotadas pela maior parte dos historiadores antigos, o evento não seja na realidade um expediente narrativo que retoma tanto os processos que se desenvolvem no tempo, assim como cada um dos acontecimentos, atribuindo-lhes um momento e um protagonista determinados. Como é sabido, a história como reconstrução específica e sistemática de processos, além de registro eventos, é uma invenção de nosso tempo.

A notícia de Lívio permanece, portanto, substancialmente ambígua: não nos fornece elementos suficientes para excluir, nem para aceitar, a hipótese de verdadeiras fundações de novos assentamentos na Idade do Bronze Tardia.

A ação atribuída a Ascanio se formaliza em dois elementos definidos: o nascimento de uma cidade e a assunção implícita do papel de rei por parte do protagonista, sucessivamente assumido por seu filho Silvío.

No tempo de Lívio, os termos “cidade” e “reinar” tinham um significado preciso, que se referia a formas de organização sócio-política conhecidas direta ou indiretamente porque presentes no mundo contemporâneo e na história romana mais antiga. No texto posteriormente é especificado que Alba Longa era uma colônia de Lavínio, estabelecida trinta anos depois da fundação desta. É claro, portanto, que o uso que o historiador faz desses termos está ligado essencialmente à sua experiência, isto é, aos conceitos seus conhecidos de cidade-colônia e reinar; é possível que nesse uso entre também uma conotação particular, no limite entre história e lenda, que deriva do caráter arcaico dos acontecimentos descritos.

Em ambos os casos, os dois termos se apresentam como significantes que remetem a um significado mais ou menos preciso, mas que não tem nenhuma relação com a realidade da organização social e política da época à qual se refere. Em outras palavras, no que concerne à Idade do Bronze Tardia, os termos “reinar” e “cidade” são simples etiquetas, significantes dos quais não conhecemos o significado. Em um texto como o de Lívio, e como os dos outros autores antigos que nos transmitiram notícias sobre a proto-história, o significado específico dessas etiquetas – ou, se se preferir, a decisão sobre a legitimidade de seu uso – não pode ser extraído de outros elementos presentes no contexto da narrativa.

Esta breve premissa sobre as potencialidades e limites das notícias relatadas pelos historiadores antigos para a reconstrução das sociedades proto-históricas me parece útil por duas razões. A primeira, sobre a qual retornarei mais adiante, é que a relação entre fontes históricas e fontes arqueológicas para o estudo de sociedades antigas é um problema ainda muito vivo, em particular na Itália, que é necessário, portanto, examinar com atenção quando se enfrenta um período “de passagem” como a proto-história.

A segunda é que, sempre no que se refere ao nosso país, a única justificativa da distinção entre pré-história (do Paleolítico ao Eneolítico) e proto-história para a qual seja possível encontrar qualquer fundamento “objetivo” é a tradicional: para a Idade do Bronze e a Idade do Ferro, que são próximas e contíguas ao período histórico, dispomos não apenas da documentação arqueológica, mas também de algumas notícias literárias, que são progressivamente mais pontuais à medida que se aproxima o período “histórico”. Como já se viu, este elemento de distinção, frequentemente

considerado resolutivo, na realidade, nos oferece vantagens limitadas para a reconstrução das sociedades proto-históricas.

1. História e uso do termo “proto-história”

O termo “proto-história” foi utilizado pela primeira vez em 1908 por Dechelette para distinguir a Idade do Bronze da Idade do Ferro, nas quais pela primeira vez “as primeiras luzes da história, irradiando a partir do Oriente, começam a projetar um pouco mais de claridade, ainda difusa, sobre as nossas antiguidades, que cessam de ser completamente anônimas quando aparecem os nomes dos Lígures, Íberos e sobretudo Celtas”. A ideia de proto-história representou inicialmente nada mais do que a lógica integração dos conceitos de história e pré-história na sua acepção mais redutiva, isto é, como períodos caracterizados respectivamente pela presença e pela ausência de documentação escrita contemporânea. Neste sentido, como foi dito, a proto-história é um período intermediário entre pré-história e história, documentado, além de pelas fontes arqueológicas, por documentos escritos. Em linha geral, se trata de notícias sobre populações contemporâneas não alfabetizadas reunidas por autores que pertencem a um contexto cultural “histórico”, isto é, caracterizado pelo uso da escrita, como César sobre os gauleses e Tácito sobre os germanos. Nesta acepção particular deveremos falar mais propriamente de fontes etno-históricas.

Outro tipo de fonte literária usada nos estudos de proto-história consiste em relatos em parte legendários, referidos pelos historiadores antigos ao passado mais ou menos remoto de uma população ou de uma região.

Na Europa continental o termo “proto-história” foi utilizado para designar a Idade do Bronze e do Ferro, compreendidas entre a segunda metade do III e durante todo o decorrer do II e do I milênios a.C., período para o qual existem fontes literárias tanto de tipo etno-histórico como “histórico”.

Na França o termo “proto-história” se aplica também ao Neolítico, enquanto a pré-história corresponde ao desenvolvimento das culturas de caçadores-coletores do Paleolítico e do Mesolítico. A distinção não parece arbitrária, e talvez seja mais coerente que aquelas em uso em outros países.

Na Itália, fez-se coincidir o início da proto-história, como na Europa continental, com a fase inicial da Idade do Bronze, isso é, com os últimos séculos do III milênio a.C. As fontes disponíveis são predominantemente do tipo “histórico”. A entrada oficial de nosso país na história é fixada em torno da metade do século VIII a.C. (ainda no decorrer da primeira Idade do Ferro), em correspondência com o início da colonização grega e com a fundação de Roma, mesmo se nas regiões setentrionais o desenvolvimento das culturas que se estabeleceram na primeira Idade do Ferro tenha se prolongado até a conquista romana.

2. A proto-história na Itália

A delimitação do período correspondente à proto-história com base unicamente na presença ou ausência de notícias literárias, sob alguns aspectos, é insatisfatória, porque estabelece uma interrupção histórica substancialmente autônoma em relação ao nível de desenvolvimento das sociedades interessadas.

Em alguns casos as notícias que chegam até nós refletem em algum modo processos e acontecimentos significativos, que encontram também uma correspondência arqueológica geral, mas de qualquer forma reconhecível. Na maior parte dos casos trata-se de relatos que se referem às fases mais recentes da proto-história, como os relativos às origens de Roma. É muito mais raro um caso como o da Sicília, no qual as fontes conservam, sob a forma de relatos legendários, a lembrança de contatos muito antigos entre o mundo minoico-micênico e o mundo indígena, que de forma verossímil constituíram uma parte significativa no desenvolvimento cultural da ilha. Também neste caso a documentação arqueológica não constitui uma verificação do relato tradicional, mas nos permite certamente constatar a realidade do contato.

Em muitos casos, no entanto, as notícias das fontes estão além de qualquer possibilidade de controle, e a sua utilização não tem um peso significativo na reconstrução arqueológica.

Nesta situação, portanto, é compreensível a tentativa de definir a proto-história de modo certamente mais sugestivo, como um nível específico de desenvolvimento sócio-político.

Em um volume sobre a proto-história italiana, Peroni (1989) dá a seguinte explicação do tratamento unitário da Idade do Bronze e da Primeira Idade do Ferro: na península italiana este intervalo de tempo constitui um ciclo histórico unitário, intermediário entre pré-história e o período histórico pleno e caracterizado por uma sociedade estavelmente diferenciada e sempre mais complexa, que chega à Primeira Idade do Ferro até a formas embrionárias de estado, cidade e sociedade de classes.

A história da presença humana na Itália foi resumida em três níveis evolutivos:

1. Comunidades primitivas estruturalmente indiferenciadas, que se desenvolvem na pré-história, entre o Paleolítico e a Idade do Cobre;
2. Sociedades complexas, caracterizadas por uma diferenciação social estável, mas não pela divisão em classes, que se estabelecem na proto-história, entre a Idade do Bronze e a Primeira Idade do Ferro;
3. Sociedades urbanas divididas em classes, cujo aparecimento coincide com o início do período histórico.

Parece-me que este esquema geral, mesmo se em parte compartilhável, seja marcado por um excesso de evolucionismo unilinear: a ausência de diferenciações estruturais nas comunidades de *Homo sapiens sapiens* durante os muitos milhares de anos que dividem o Paleolítico Superior da Primeira Idade do Bronze está para ser demonstrada; assim como não temos nenhuma indicação do fato de que entre a Idade do Bronze e a Primeira Idade do Ferro tenhamos diante de nós sociedades complexas diferenciadas estavelmente.

A propósito de sociedades complexas, pode ser útil levar em consideração dois dos pontos de chegada da pesquisa das últimas décadas. O primeiro é que a formação de sociedades complexas foi verificada mesmo na ausência de condições de desenvolvimento técnico e tecnológico, numa época consideradas essenciais, como, em particular, a economia produtiva e a metalurgia.

Uma coleção de ensaios, organizada por Douglas Price e Brown (1985), analisou a formação de sociedades complexas no âmbito de grupos de caçadores-coletores,

com base na documentação tanto arqueológica quanto etnográfica. O ponto de partida desses estudos é a negação da evolução como rígida sucessão de estágios e a ideia de que os níveis diversos de articulação são reconhecíveis em qualquer tipo de formação sócio-econômica, e não são limitados aos grupos com economia produtiva.

Um dos casos mais significativos tratados no volume de Douglas Price e Brown é o Natufiano do Levante. Trata-se de um complexo Epipaleolítico datado aproximadamente de 10.500 a 8.500 a.C., que se desenvolve em um ambiente de colina ou baixa montanha próximo à costa, no qual os recursos principais compreendem cereais e sementes selvagens (amêndoa, pistache, bolota), gazela e cervo, amplas jazidas de sílex. Os grupos humanos ocupam assentamentos permanentes com fortes estratificações, em áreas entre 700 e 7.000 m², frequentemente integrados em um sistema que compreende um centro e alguns campos-satélites; a documentação arqueológica inclui casas subterrâneas e armazéns, estruturas rituais, instrumentos para a colheita e a manipulação dos vegetais. O desenvolvimento é caracterizado pelo progressivo incremento demográfico e pela emergência de diferenciações de nível, que incluem a transmissão hereditária do status social. Esses elementos são identificáveis nas necrópoles com base na não-correlação entre tipo de mobiliário e sexo/classe de idade, na presença de mobiliários importantes nas sepulturas infantis e na indicação da prática da endogamia intracomunitária ligada provavelmente à manutenção e à transmissão da propriedade dos recursos territoriais na linha feminina (Henry, 1985).

Com o início da economia produtiva, sociedades complexas e sociedades com estratificação permanente são reconhecíveis desde o Mediterrâneo oriental até ao Egeu e aos Bálcans, muito tempo antes do desenvolvimento da metalurgia. Nas culturas neolíticas do Oriente Próximo, entre o VIII e V milênios a.C., emergem centros pré-urbanos e proto-urbanos como Gericó, Çatal Hüyük, Beidha, Hacilar, Byblos, verdadeiras cidades-estado, segundo a leitura de James Mallaart (1975).

Trata-se de modelos de desenvolvimento que não podem ser aplicados à pré-história italiana, mas que contribuem para pôr à mostra o fato de que não temos nenhum motivo para atribuir, por exemplo, às comunidades neolíticas da Itália um grau de complexidade sócio-política e econômica inferior àquela dos grupos da Idade do Bronze das mesmas regiões: formas de organização hierárquica do assentamento, com povoados que superam mil habitantes, produções artesanais de altíssimo nível técnico, como a cerâmica pintada, e redes de troca sistemática a longa distância estão presentes, em particular no Tavoliere, já no decorrer do Neolítico Médio.

O segundo ponto importante que foi esclarecido pelos estudos etno-antropológicos e arqueológicos dos últimos anos é que não existe uma correspondência unívoca entre as muitas trajetórias que levam ao desenvolvimento da complexidade e a emergência de formações sócio-políticas – como o estado ou a cidade-estado – que representam o êxito final desse desenvolvimento.

Sobre este problema geral, a pesquisa de Pierre Clastres (1974) evidenciou a resistência explícita que limita o poder do chefe nas sociedades primitivas, impedindo conscientemente que isso se transforme em uma relação econômica de exploração.

Nas sociedades sem estado, a única política autônoma é, na enorme maioria dos casos, uma pequena comunidade independente e autossuficiente; a ligação com outras unidades semelhantes consiste em uma série de fatores diversos: estruturas extremamente alargadas de parentesco, proximidade geográfica, afinidade étnica e

linguística, um grau limitado de complementaridade econômica, que não incide sobre a base de subsistência. A estrutura tribal emerge de stress ambiental e de intensificação das atividades de subsistência, que determinam um aumento de interação entre as comunidades autônomas que vivem em territórios regionais mais ou menos amplos. Geralmente, um organismo tribal assume as características e as funções de uma verdadeira organização política apenas por períodos limitados e em circunstâncias particulares, como a guerra.

O obstáculo maior ao desenvolvimento da complexidade, a propósito, é constituído pela necessidade de integrar em um organismo político, em funcionamento efetivo, muitas outras unidades locais autônomas, cada uma com interesses específicos e conflitos internos. Por este motivo, as estruturas políticas não estatais, mesmo atingindo em alguns casos um nível notável de articulação social, são caracterizadas pela instabilidade do poder. Nas estruturas mais simples, como as sociedades melanésias com a figura central do *big man*, a instabilidade do poder deriva da sua natureza de conquista pessoal, continuamente sujeita à necessidade de ser reafirmada e à competição; naquelas mais complexas, como a sociedade de graus e o *chiefdom* (chefia), nas quais a posição do chefe é frequentemente hereditária e o controle político se estende sobre mais comunidades, os fatores que limitam o exercício do poder são a importância do parentesco e a ausência de meios eficazes de coerção.

A análise das sociedades antigas e de muitas sociedades etnográficas mostra que o nascimento do estado como momento conclusivo da trajetória para a complexidade não é a regra, mas a exceção: o percurso que leva à formação de sociedades complexas e dessas às sociedades estatais não é linear porque, na grande maioria dos casos, as forças que resistem ou se opõem à centralização do poder e à hierarquização estão em condições de limitar a extensão e/ou a duração do processo, que pode deter-se num certo nível ou mesmo regredir para uma forma de organização mais simples.

Os resultados das pesquisas de arqueologia pré-histórica e proto-histórica frequentemente oferecem uma exemplificação desta linha de tendência. Muitos estudos regionais ou de complexos particulares, em especial necrópoles, nos permitem reconhecer indícios de processos de estruturação social e política em curso; a trajetória se interrompe geralmente depois que foi alcançado um certo grau de complexidade, por motivos que a análise arqueológica não está em grau de esclarecer.

Esta evidência recorrente não constitui a documentação de um único processo linear que vai do simples para o complexo, mas mostra, em regiões e épocas diversas, a existência de uma dialética entre uma situação de partida mais ou menos "igualitária" e a tentativa de estruturar o poder em formas permanentes, tanto mais complexas quanto mais a situação de partida é articulada. O limite ao desenvolvimento ou ao aumento da complexidade não é determinado exclusivamente pela dialética social interna, isto é, pela oposição pura e simples ao instaurar-se ou ao consolidar-se da relação de exploração, mas também pelas possibilidades de expansão e de articulação implícitas na estrutura do sistema sócio-político; fatores como a densidade demográfica, nível tecnológico, sistema de comunicações a longa distância, recursos ambientais, competições e conflito com outras entidades políticas podem constituir outros tantos obstáculos à superação de certo limiar de complexidade.

Na proto-história italiana, em regiões diversas da península, todo o curso da Idade do Bronze é marcado pela emergência de processos de estruturação sócio-política profundamente diferentes por extensão, complexidade e duração, que geralmente se interrompem após ter atingido certo nível de articulação. O caso mais conhecido é o dos terramares, cujo desenvolvimento, que durou cerca de meio milênio, se interrompe na Idade do Bronze Tardia, talvez devido à superação do limite de compatibilidade entre o crescimento demográfico e recursos ambientais. Nas regiões meridionais, da Apúlia à Calábria, uma interrupção, ou ao menos uma desaceleração do desenvolvimento, se verifica ao final do contato direto entre as comunidades indígenas e os navegadores micênicos. Aparentemente, a Etrúria é a única região da península na qual um processo de desenvolvimento autônomo chega até à formação das cidades-estado etruscas.

O termo “proto-história” pode, portanto, ser utilizado, no que diz respeito à Itália, para definir um período anterior ao aparecimento de fontes escritas contemporâneas, e para o qual a pesquisa pode dispor de duas categorias de informações, de natureza essencialmente diversa: a documentação arqueológica e as notícias “históricas”.

As próximas etapas deste estudo têm o objetivo de examinar os aspectos essenciais da pesquisa proto-histórica: os modelos disponíveis para a organização dos dados e para a reconstrução das sociedades proto-históricas; as duas categorias de fontes específicas – as notícias dos historiadores e a documentação arqueológica – e a sua metodologia de uso, o seu potencial de informação, a possibilidade de reunir os dados em um quadro de conjunto.

Uma premissa necessária a esta seção é que, a partir do momento em que a pesquisa proto-histórica retorna ao campo das disciplinas arqueológicas, as propostas de método que serão apresentadas nas páginas seguintes não têm a mesma extensão no que diz respeito às fontes literárias e arqueológicas. No primeiro caso, a análise crítica da fonte e a reconstrução da origem das notícias por ela relatada são operações técnicas reservadas ao historiador, preliminares em relação à metodologia de uso da fonte na pesquisa sobre a proto-história; no segundo caso – o das fontes arqueológicas – as propostas de método se referem, ao contrário, ao processo geral de análise dos dados e de reconstrução das culturas proto-históricas.